

ESPAÇO E LUGAR NO DEBATE SOBRE TERRITÓRIO

Space and Place in the Debate about Territory

Nécio Turra Neto¹

RESUMO

Resultado de um *insight* provocado pelo convite para participar da Mesa Redonda Território e Fenomenologia, procuramos aqui apresentar a inquietação com certos abusos quanto ao conceito de território, evidenciando suas relações com os conceitos de espaço e lugar. Argumentamos que o foco nos sujeitos sociais e suas ações e práticas espaciais, bem como a centralidade da dimensão do poder não são aspectos distintivos do conceito de território, visto que prerrogativas também de espaço e lugar. Assim, esperamos delimitar o conceito de território à sua dimensão justa, pois compreendemos que se tudo passar a ser considerado território, poderemos explodir o conceito.

Palavras-chave: Espaço. Lugar. Território.

ABSTRACT

Similar to the results of an insight as the rest of an invitation to attend the Round Table "Territory and Phenomenology", we try to present our concerns about certain abuses in regards to the concept of territory, specifically the relationship between the concepts of space and place. We argue that the focus on social actors, their actions and spatial practices, as well as the centrality care not distinctive aspects of the territory, as it also has prerogatives of space and place. So, we hope to bring the concept of territory to their proper perspective, because we understand that If all things turn out to be considered territory, we can blow up the entire concept.

Keywords: Space. Place. Territory.

¹ Professor Assistente Doutor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Presidente Prudente. Professor do Programa de Pós Graduação em Geografia da mesma instituição. Membro do Grupo de Pesquisas sobre Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR). necioturra@fct.unesp.br.

✉ Rua Roberto Simonsen, 305, Presidente Prudente, SP. 19060-900.



INTRODUÇÃO

Este texto é resultado de uma fala que realizamos na mesa redonda “Território e Fenomenologia”, no “V Seminário Nacional sobre Geografia e Fenomenologia”. Ao aceitarmos o desafio de participarmos deste debate, mesmo não trabalhando na perspectiva fenomenológica, julgamos necessário apresentar algumas inquietações e ao mesmo tempo fazer uma fala provocativa, no sentido de estimularmos o debate crítico em torno do tema, visto que também nos sentimos provocados com o convite e a responsabilidade.

Nesse sentido, o texto deve ser visto como ainda muito introdutório, pois as inquietações não estão plenamente elaboradas, nem as provocações plenamente seguras. Trata-se mais de um *insight* um tanto quanto abusado e diríamos até, sem falsa modéstia, corajoso, pois propõe provocar o debate a partir de posições ainda não muito firmes, mas amplamente abertas e contestáveis.

INQUIETAÇÃO E PRESSUPOSTOS

A inquietação principal que nos move a fazermos esta provocação é que, de repente, tudo se tornou território na Geografia. Desde pelo menos o texto clássico de Souza (2001), quando o autor trouxe para o Brasil a ideia de que o território é uma relação social projetada no espaço, mais do que um espaço concreto, o conceito passou a ser assumido por todos aqueles estudiosos/as que abordavam sujeitos sociais diversos em suas práticas espaciais e espacializações. Esta Geografia, diferente daquela tradicionalmente mais preocupada com a paisagem, o espaço material e sua produção (sobretudo, considerando os agentes econômicos), identificou no conceito de território o caminho pelo qual poderia fazer uma leitura de movimentos sociais, grupos

sociais excluídos, manifestações culturais, “tribos urbanas” e tantos outros sujeitos sociais, como se unicamente pelo conceito de território pudéssemos apreender suas ações, relações e práticas socioespaciais, ideia que nós próprios já compartilhamos (TURRA NETO, 2012).

O conceito foi tão usado, abusado, forçado e estendido, que parece ter se esvaziado. Um dos sintomas destes abusos parece ser o esquecimento de que território é, antes de tudo espaço, ou um tipo de espaço, ou uma certa prática espacial. E este é um dos pressupostos que trazemos ao debate. Inspirados em Suertegaray (2000), temos que os conceitos basilares da Geografia remetem sempre a categoria espaço (que é o mais amplo de todos). Lugar, paisagem e território seriam, na verdade, formas de encarar o espaço. Nesse sentido, defendemos que, para falar de território, primeiro, é preciso estabelecermos, com maior clareza, como estamos definindo espaço, já que é de espaço que falamos.

O segundo pressuposto, intimamente ligado ao primeiro, remete-nos ao projeto de Doreen Massey (2004; 2008), de construir uma outra imaginação de espaço, que possa vê-lo, fora do domínio do estático, do fixo, do morto, como dotado de movimento, sempre aberto, como produto de relações. Projeto (e desafio) que também cultivamos.

Como terceiro pressuposto, estabelecemos que entre espaço e território, há o lugar, como conceito intermediário. Espaço como categoria mais ampla, lugar como conceito mais empírico, que permite particularizar e circunscrever o espaço para a pesquisa, tornando-o apreensível para o trabalho do sujeito do conhecimento. Território como o conceito que nos permitirá apreender o espaço, no lugar, pelo estudo de certos tipos de ações e práticas dos sujeitos sociais, em negociação com outros sujeitos, com os quais são obrigados a coexistir, numa extensão comum.

TERRITÓRIO COMO UM ESPAÇO APREENDIDO NO LUGAR

Inspirados em Massey (2004; 2008), mas também no confronto dos textos de Benno Werlen (2000) e Martina Löw (2013)², queremos estabelecer uma distinção importante: espaço não se confunde com materialidade. O próprio Santos (2002) já afirmou isto de diferentes formas: fixos e fluxos; sistemas de objetos e sistemas de ações. Neste sentido, o domínio dos objetos materiais, dos fixos, daquilo que é edificado e que compõe nosso meio, em uma palavra, o domínio da materialidade, é apenas uma parte do que é o espaço. Em última instância, é a ação a fundadora, a conformadora, a produtora de espaço. E, nos termos de Löw, é a ação que produz o espaço entre os objetos, ao coloca-los em relação, na extensão. Não existe, portanto, um dualismo entre espaço e ação, visto que a ação não se separa do espaço, pelo contrário, é parte constitutiva dele.

O espaço pode ser pensado como uma estrutura, visto que carregado de tempo, que pesa sobre a ação que o constitui, assim como sobre as novas alocações de objetos na organização da materialidade. Os hábitos, tradições, consensos, as práticas cotidianas pré reflexivas cimentam espaços de relações que tendem a reforçar tanto a materialidade, quanto as relações, conexões e desconexões que as ações desencadeiam. Trata-se assim de uma estrutura que pode ser confirmada, mas também negada por novos objetos e ações. De qualquer forma, estamos no reino do movimento permanente do espaço, longe, portanto, de uma noção que o vincula ao domínio do estático – o espaço é em si este movimento da ação que produz e coloca a materialidade e os seres humanos em relação. A própria

² O confronto entre os textos de Benno Werlen e Martina Löw foi resultado de uma atividade desenvolvida no âmbito do Projeto Temático FAPESP, "Lógicas Econômicas e Práticas Espaciais Contemporâneas: cidades medias e consumo", desenvolvido pelo GASPERR.

materialidade, tal como está formada por objetos alocados e colocados em relação pelas ações, pode ser pensada como uma estrutura que coloca um conjunto limitado de possibilidades, ou mesmo induz, a ação formadora de espaço de relações entre sujeitos e destes com os objetos.

Podemos nos perguntar quem teria o poder de alocar objetos materiais e posicioná-los, segundo uma relação com outros objetos, conforme certas leituras da materialidade em questão e com certas intencionalidades em relação às ações que pretendem desencadear? Estamos no campo dos agentes econômicos, cuja ação produz o espaço na sua materialidade e que têm suas intencionalidades confirmadas (ou não) pelos sujeitos sociais – quando estes passam a acionar a materialidade produzida, nas suas próprias ações fundadoras de espaço. Esses agentes, certamente, têm o poder de produzir, pelo seu poder de alocação, os espaços para suas ações e, assim, influenciar a formação de espaço por parte dos sujeitos sociais, ao proporem um campo de possibilidades materiais, para a ação cotidiana que especializa o mundo. Neste sentido, o poder se exerce pela produção da materialidade e pela formação de espaços que confirmam as intencionalidades já projetadas sobre os objetos.

É assim que vemos consolidarem-se tendências de produção do espaço urbano, por exemplo, cuja lógica não necessariamente escapa aos cidadãos, visto que são suas ações que colocam os objetos em interação, fundando o espaço habitado, mas que sem dúvida estão submetidas grandemente aos interesses daqueles que podem alocar os objetos, indicadores das ações que confirmem suas intencionalidades. Desse modo, estudar a produção do espaço urbano requer ir além da produção da materialidade, para adentrar no âmbito tanto das intencionalidades, quanto das ações cotidianas, sob pena de falarmos de outra coisa que não de espaço.

Espaço e lugar no debate sobre território Nécio Turra Neto

Num mesmo lugar há formações espaciais concorrentes – aquelas dos agentes econômicos, suas intenções (que se materializam em objetos) e suas ações e aquelas dos cidadãos, mas também dos diversos cidadãos, cujas ações cotidianas podem acionar os mesmos objetos na constituição de seus espaços. O lugar surge como um feixe dessas ações, em que as diferentes e multidirecionais relações que conformam espaços estão em diálogo, ou são conflitivas, onde a política é praticada, onde se negocia o cotidiano comum e a coexistência.

Haveria, portanto, tantos espaços quanto sujeitos de ação e a ação de alguns pode esbarrar (negar e excluir) na ação de outros. Em um mesmo lugar, diversas formações de espaço são possíveis, também, porque os seres humanos não agem de modo amplamente idêntico, como diria Löw (2013). As ações variam conforme a classe, o gênero, etnia, grupo etário (e várias combinações destas variáveis). E assim, vemos emergir, no lugar, as coexistências que tornam necessário o estabelecimento de relações com a materialidade demarcadoras de território, seja como referência para o encontro de um grupo de afinidade, seja como estratégia de demarcação de uma alteridade, de projeção e visibilidade da diferença grupal e/ou como base de apoio para práticas coletivas. É no lugar que vemos emergir territórios, onde identidade e diferença se confrontam e se relacionam, mediadas pela materialidade, onde as diferentes formações de espaço negociam sua primazia e os sentidos atribuídos à materialidade e aos outros.

É por isso que consideramos o conceito de lugar como intermediário entre espaço e território. Lugares aqui são imaginados, tal como Massey (2000, p. 184), “[...] como momentos articulados em redes de relações e entendimentos sociais, mas onde uma grande proporção destas relações, experiências e entendimentos sociais se constroem numa escala muito maior do que costumávamos definir [...]”. Como um feixe de relações e ações multiescalares (e constituidoras de espaço),

que se encontram e precisam negociar uma existência comum. O lugar seria, assim, um ponto no espaço de relações em que se intersectam múltiplas trajetórias sociais que, apesar do encontro localizado, continuam em processo e em conexões em diversas escalas, cada qual produzindo seu espaço de interação, para além do próprio lugar de encontro.

É preciso considerar que, a formação de espaço a partir de relações localizadas é um processo envolvido atualmente em condições de globalização e modernidade (em que vigoram a difusão dos mesmos valores, culturas de consumo, funcionalidade do trabalho e unicidade técnica – COSTA, 2013). Por um lado, isto nos leva a considerar que muitas das ações que alocam os objetos materiais e os colocam em relação, na extensão, fundando um espaço, são, na maioria das vezes, racionalizadas e racionalizantes, em conformidade com as demandas do sistema econômico vigente. Por outro lado, os próprios sujeitos sociais e suas motivações são constituídas nesta dupla escala (local e global). Não são sujeitos enraizados e circunscritos ao local, portanto, mas perpassados por diversos apelos, por referências culturais translocalizadas e, como portadores de demandas e pulsões diversas, respondem de forma diferencial a estas referências. Segundo Costa (2013), esse movimento é tão mais intenso conforme aumenta a complexidade urbana da cidade e sua densidade técnica.

Por tudo isto, “Eu quero dizer agora o oposto do que eu disse antes”: sempre compartilhamos da ideia de que o conceito de território era aquele que, na Geografia, nos permitia abordar os sujeitos sociais, visto que território não pode apreendido pela consideração exclusiva da materialidade do espaço, devendo levar em consideração as relações sociais que se projetam sobre o espaço (TURRA NETO, 2012). Aqui está subjacente uma ideia de espaço como sinônimo de dimensão material da vida social.

Espaço e lugar no debate sobre território Nécio Turra Neto

Contudo, se o território não se confunde com a materialidade, pois é uma relação social, a partir de uma consideração mais acurada da ideia de espaço, hoje vemos que este também não.

Se o próprio espaço é produto da ação/relação social, dos sujeitos que espacializam o mundo, ao darem conteúdo, conexão na extensão, vida enfim à materialidade, então para apreender o espaço, o ponto de partida também são os sujeitos da ação. Não podemos dizer que o território surge do uso e apropriação do espaço, visto que o próprio espaço só existe quando há usos e apropriação da materialidade. Usamos e nos apropriamos da materialidade, estabelecendo relações entre objetos e com outros sujeitos sociais, na extensão e, ao fazê-lo, conformamos nosso espaço de relações. Espaço, tanto quanto território, é construção do sujeito ativo em relação.

O que daria então especificidade ao território?

Território seria um tipo particular de ação, que articula a materialidade e sujeitos sociais em relação, tanto com esta materialidade, quanto entre si e com os outros. Território existe porque existe coexistência da diversidade num mesmo lugar, o que demanda negociação, diálogos, conflitos, forçando os diferentes grupos a se relacionarem com os outros pela demarcação de pedaços com sua identidade e, a partir destes, estabelecer uma relação com a alteridade.

A especificidade do conceito de território está no “campo de forças” (expressão de SOUZA, 2001), nas negociações entre os diferentes grupos, que desenham limites e alteridades, nas disputas por uma mesma materialidade, articulada na formação de espaço de ambos, pelas suas ações e práticas.

Assim, o que vale tanto para o caso do espaço, como para o caso do território, é que ambos devem ser estudados tendo como centro os sujeitos sociais, suas ações e relações, privilegiando (para o caso do estudo do território) aquelas relações coletivas demarcadoras de

diferença, no ato de formação do espaço, quando este faz coincidir, sobre uma mesma materialidade, num lugar específico, um feixe de trajetórias que entram em negociação e disputa. Nesse sentido, torna-se muito difícil estudar território sem estudar, ao mesmo tempo, o espaço, uma vez que o território seria uma conformação espacial particular, num movimento mais amplo de espacialização do mundo pelos sujeitos sociais em ação e relação com a materialidade social, num lugar determinado.

Com tudo isto, estamos dizendo, também, que nem todas as ações são constituidoras de território, mas que para que este exista são necessárias certas condições. Assim, precisamos circunscrever, mais detalhadamente que ações são estas que fundam território. Constituem território aquelas ações para as quais a formação de espaço abrange certa materialidade em que se deve marcar e demarcar a diferença em relação a outros, negociar e impor sua presença e visibilidade em meio a formações espaciais outras, ou em meio a formação espacial hegemônica, que tenderia a apagar ou invisibilizar sua presença em relação, num certo lugar, onde se realiza um encontro negociado. Ou seja, aquelas ações para as quais a materialidade do espaço é um recurso para afirmação social, política, para expressão e realização da alteridade, dos seus desejos, pulsões, encontros, em que a apropriação de uma área (de forma efêmera ou permanente) joga um papel crucial nas interações sociais com os outros e que permite ao grupo afirmar-se. Ações que constituem limites/fronteiras comunicacionais, bem como jogos, mais ou menos cambiantes, entre dentro e fora, nós e outros.

Em todos os casos, estamos no campo da política. Não só o território é um conceito político por excelência, como reconhecem Souza (2001) e Haesbaert (2004), pois no seu centro, teríamos a ideia de poder. Espaço e lugar também o são. De qualquer forma, espaço,

lugar e território são conceitos que nos permitem, ou nos conduzem a uma politização do discurso, a fazer uma ciência como crítica social, uma vez que procura apreender as relações de conflitualidade, de dominação e de contestação, próprias da vida social moderna.

Quando definimos território desta forma, temos em mente os microterritórios nas cidades, que, dentro do argumento que estamos desenvolvendo aqui, estão inseridos nos movimentos mais amplos de formação de espaços pelos sujeitos à escala da cidade como um todo e para além dela.

Avançando na reflexão, podemos perguntar o que desencadearia este tipo de ação? Ou seja, como se articulam sujeitos individuais num agregado social que desencadearia certa formação de espaço que, em alguns cenários, promoveria/constituiria territórios (como um tipo particular de apropriação diferencial da materialidade, como forma de estabelecimento de relações com os outros)? É importante também nos perguntarmos sobre o que acontece no ato da interação social fundadora de espaço e de certas materialidades que o compõem como território? Isto vai variar conforme os sujeitos sociais considerados, visto que, se há tantas formações de espaço, quanto sujeitos sociais, o mesmo pode ser dito para o caso do território. Há tantos territórios quanto são os sujeitos que se envolvem em formações espaciais que territorializam, aqui e ali, sua alteridade num encontro negociado.

O acesso empírico a estes sujeitos e a suas ações, que nos permitiria responder estas questões, aponta na direção da pesquisa qualitativa, de cunho etnográfico. É uma forma de “descer ao campo” e identificar, na especificidade complexa de um lugar concreto, a materialidade, os sujeitos em interação e a conformação de espaços e territórios específicos, cujo conhecimento em profundidade pode fazer avançar a teorização. Daí a grande valorização que atribuímos aos estudos de caso.

DESDOBRAMENTOS METODOLÓGICOS E ABERTURA

Como apreender estas ações e práticas banais da vida cotidiana, que, para os sujeitos sociais são as ações que formatam espaços, lugares e territórios? Como argumenta Löw (p. 27), “a constituição de espaço ocorre, em princípio, a partir de uma consciência prática, o que se evidencia particularmente no fato de que os seres humanos raras vezes comunicam uns aos outros como criam espaços”.

A observação do tipo participante, acompanhando as práticas espaciais, as ações cotidianas de sujeitos em suas interações; diversas formas de escuta do discurso social, são formas de captar esta ação e este “discurso espacial”, pelo qual espaço e território são co-constituídos no lugar.

A ação e o discurso espacial podem nos revelar o espaço sendo produzido, sua densidade temporal de hábito, ou sua novidade subversiva. Podem nos dar acesso ao jogo de relações que se confrontam no campo de tensões que conformam os territórios.

A partir de práticas investigativas de anotar e fixar o discurso e a ação espaciais em formas pesquisáveis – em dados de pesquisa –, chegamos a especificidade complexa de sujeitos sociais concretos, localizados, em interações situadas e segundo um campo de possibilidades, dado pelo conjunto de ações e pela materialidade, num lugar. Um acesso que nunca é total, visto que produzido na relação da pesquisa – em que se encontram subjetividades: a do sujeito do conhecimento e a dos sujeitos investigados.

É esta especificidade complexa que permitirá que os megaconceitos (no nosso caso, espaço, lugar e território) possam adquirir e “atualidade sensível”, que nos permite pensar não apenas sobre eles, mas imaginativa e criativamente com eles (GEERTZ, 1989a), na elaboração de uma interpretação válida da dinâmica da vida social.

Estamos no campo da tensão irremovível entre a necessidade de apreender um quadro empírico, de penetrar num universo não familiar, e a necessidade de analisar este mesmo universo e torna-lo inteligível para nossos pares, nos espaços institucionais aos quais nossa própria prática acadêmica dá conformação (GEERTZ, 1989b). É esta tensão que assegura, por um lado, que a teoria e a elaboração conceitual possam avançar, não a partir de uma lógica e sofisticação internas, mas no trabalho de compreensão da realidade em que estamos mergulhados e, por outro, que assegura o debate e a crítica científicas.

A teoria assim deve avançar a partir dos estudos específicos, teorizando em cima deles, uma teoria que não se afasta muito do chão e, quando se afasta, possa retornar à ele sem grandes constrangimentos. As construções teóricas, na verdade, precisam ser constantemente confrontadas com a realidade em seu movimento histórico. Deve continuar rendendo novas interpretações defensáveis (GEERTZ, 1989a).

É nesse sentido que defendemos que aquilo que dissemos aqui está em aberto, visto que ainda não experimentado em seu potencial explicativo em relação a casos concretos. Alguns estudos que já estamos desenvolvendo, em conjunto com estudantes de graduação e pós graduação, sobre culturas juvenis urbanas e oferta de diversão noturna em cidades médias têm oferecido um rico material para e se constituem hoje em referências empíricas pelas quais poderemos pensar os sujeitos sociais em seu processo de formação de espaços e, em alguns casos, também de territórios.

Inspirados em muitos dos pressupostos teóricos e metodológicos aqui apresentados, estes estudos empíricos portam o potencial de refutar, confirmar, fazer avançar o argumento que aqui apresentamos, ao mesmo tempo em que este argumento também continua em processo de elaboração, à medida em que novas referências são conhecidas.

Trazer para o debate estas reflexões, ainda inconclusas e imperfeitas, resultados de um *insight* diante de uma provocação, tem o intuito colher algumas impressões sobre sua pertinência ou não, sobre a relevância ou não de continuar pelo caminho que aqui desenhamos.

Para finalizar, queremos lembrar mais uma vez Geertz (1989a, p. 3), quando na apresentação do seu programa teórico, comenta que algumas ideias surgem com muita força no cenário intelectual, pois trazem soluções para muitos problemas fundamentais da ciência, a ponto de parecerem ter o poder de solucionar todos os problemas fundamentais – como uma moda repentina. Contudo, passado o período inicial, quando esta ideia já faz parte de nosso arsenal intelectual, alguns pensadores tentam explorar as contribuições que a ideia efetivamente trouxe. “Tentam aplicá-la e ampliá-la onde ela realmente se aplica e onde é possível expandi-la, desistindo quando ela não pode ser aplicada, ou ampliada”. Reconhece o autor que este padrão se aplica ao conceito de cultura. Por isso, seu projeto de reduzir o conceito de cultura “à sua dimensão justa”, que “realmente assegure a sua importância continuada em vez de debilitá-lo”, com o objetivo de promover “um conceito de cultura mais limitado, mais especializado e [...] teoricamente mais poderoso”.

Consideramos que o mesmo argumento pode ser usado para o caso do conceito de território. Talvez estejamos no momento de reduzi-lo a sua dimensão justa e aceitar que se tudo for território, o conceito perde seu poder explicativo. ☉

REFERÊNCIAS

COSTA, Benhur P. da. Microterritorialidades: uma relação entre objetividade do espaço, cultura e ação intuitiva do sujeito. In: HEIDRICH, A. L.; COSTA, B. P. da; PIRES, C. L. Z. (Orgs.). **Maneiras de**

Espaço e lugar no debate sobre território
Nécio Turra Neto

Ier: geografia e cultura. Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura, 2013. p. 62 – 74.

GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989a.

_____. Estar lá, escrever aqui. **Diálogos**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 58 – 63, 1989b.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 395 p.

LÖW, Martina. O spatialturn: para uma sociologia do espaço. **Tempo Social**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 17 – 34, nov. 2013.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço:** uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p.

_____. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. **GEOgraphia**, Niterói, ano 6, n. 12, p. 7 – 23, 2004.

_____. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 176 – 185.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 2002.

SOUZA, Marcelo J. Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 77 – 116.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço geográfico uno e múltiplo. In: SUERTEGARAY, D. M. A. *et al.* (Orgs.) **Ambiente e lugar no urbano:** a grande Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 2000, p. 13-34.

TURRA NETO, Nécio. **Múltiplas trajetórias juvenis:** territórios e redes de sociabilidade. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

WERLEN, Benno. Regionalismo e sociedade política. **GEOgraphia**, Niterói, ano II, n. 4, p. 7 – 25, 2000.

Submetido em Dezembro de 2014.

Aceito em Janeiro de 2015.